



## Nota Informativa – Prova de Conhecimentos

**Técnico Superior – Ref. C: Área de Psicologia – Divisão de Educação e Desporto**

**Dia 04/05/2024 às 9:30H**

**– Escola Secundária Dr. Mário Sacramento –**

**Prova de Conhecimentos** - será escrita, com consulta da legislação indicada, de natureza teórica, com a **duração de 90 minutos, acrescidos de 30 minutos de tolerância**, e visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo adequado conhecimento da língua portuguesa, sendo a classificação expressa de 0 a 20 valores, até às centésimas, e incidirá sobre as **matérias e legislação necessária à sua preparação a seguir discriminadas**:

### **Conhecimentos gerais:**

- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual - Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente - enfoque na Parte 2: Título II – Capítulo I (Recrutamento), Capítulo II (Forma, período experimental e invalidades); Título IV – Capítulo I (Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público); Capítulo II (Atividade, local de trabalho e carreiras), Capítulo V (Tempos de não trabalho);
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na redação atual - Código do Procedimento Administrativo: artigos 1.º a 19.º, artigos 53.º a 64.º, artigos 67.º a 76.º, artigos 82.º a 88.º, artigos 102.º a 114.º, artigos 121.º a 125.º e artigos 148.º a 160.º;
- Estrutura Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série n.º 57, sob o Aviso n.º 5972/2022, de 22/03/2022;
- Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais;

### **Conhecimentos específicos:**

- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação atual - concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação;
- Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, na redação atual – regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar;
- Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, na sua redação atual – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo  
Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 20/90, de 12 de setembro;
- Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, na redação em vigor - artigos 1.º a 10.º - aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação, agora designado por Estatuto;
- Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na redação atual – estabelece o regime jurídico da Educação Inclusiva;
- Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de maio – cria nos estabelecimentos de educação e ensino públicos os serviços de psicologia e orientação;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 80-B/2023, de 18 de julho – Aprova o Plano 23|24 Escola+, plano de recuperação de aprendizagens e prorroga o mandato da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar;
- Portaria n.º 371/2019, de 14 de outubro - regula os termos de funcionamento da Linha Nacional de Emergência Social (LNES);
- Carta Educativa do Município de Aveiro, <https://www.cm-aveiro.pt/servicos/educacao/>;
- PAEMA - Programa de Ação Educativa do Município de Aveiro 2023/2024, <https://www.cm-aveiro.pt/servicos/educacao/paema/>;
- Estatutos da Ordem dos Psicólogos Portugueses - Lei n.º 138/2015, de 7 de setembro - aprova a segunda alteração ao Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, aprovado pela Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais;
- Lei n.º 57/2008, de 4 de setembro - cria a Ordem dos Psicólogos e aprova o seu Estatuto.